

LIDO
Na Sessão de:

22/06/2021



Estado de Mato Grosso

Câmara Municipal de Cáceres

LEITURA NA SESSÃO

22/06/2021

| | | | | |
|--|---|--------------------------------|-------------|----------------------|
| PROTOCOLO Em 18/06/21 Hrs 11:08 SobNº 2327 Ass.: <i>Peliani Silve</i> | | Projeto De Lei | Nº 130/2021 | APROVADO |
| | | Projeto De Decreto Legislativo | | |
| | | Projeto De Resolução | | Presidente da Câmara |
| | X | Requerimento | | |
| | | Indicação | | REJEITADO |
| | | Moção | | |
| | | Emenda | | Presidente da Câmara |

Autor: Vereadora Maria José da Silva

Partido: PT

APROVADO
Na Sessão de:

22/06/2021

A Vereadora que abaixo subscreve solicita à nobre Mesa, consultado o augusto e soberano Plenário, na forma regimental, seja encaminhado expediente a Exma. Senhora Prefeita Eliene Liberato consubstanciado na seguinte **Proposição Plenária:**

Dos Processos Administrativos Disciplinares de incorporação indevida que transitou em julgado na Prefeitura de Cáceres, os quais apontaram prejuízos ao cofre público municipal, que foi determinado a devolução ao erário público municipal dos valores recebidos indevidamente.

REQUER do Executivo Municipal de Cáceres:

1. Documentos financeiros com os valores individualizados
2. Defesa desenvolvidas na Procuradoria Geral do Município referentes a todos os processos administrativos disciplinares de incorporação que foram judicializados.
3. Ações da Procuradoria Geral do Município quanto a devolução dos valores recebidos indevidamente provenientes de incorporações indevidas que foram demonstrados em processo administrativos disciplinares finalizados.
4. E se houve alguma ação Administrativa Municipal quanto dívida ativa desses valores
5. Se houve algum servidor que a incorporação retornou a sua remuneração pela justiça, se positivo, requer informações documentais do processo e as razões do retorno.

JUSTIFICATIVA:

Diante da instauração de PAD de incorporação indevida solicitamos do executivo informações referentes ao andamento/conclusão destes processos. Tendo em vista que o montante pago de forma indevida a alguns servidores públicos deste município deva, por ordem judicial ser devolvido ao erário público municipal gostaríamos de então estar a par destes documentos, com o intuito de estarmos informadas a respeito da situação dos referidos PAD, bem como para que o executivo municipal possa dar lisura e transparência nas ações desenvolvidas ante aos PAD citados neste requerimento.

Sala das Sessões 18 de junho de 2021

Mazéh Silva
Vereadora Mazéh Silva PT